

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS



Fecha-Tudo com Justiça Social JÁ para enfrentar o Coronavírus em Campinas AGORA!!!

Assine aqui: http://chng.it/kZYjtZYM

Desde o Início dessa pandemia tornou-se conhecido por todos/as a expressão "achatar a curva", ou seja, a necessidade de diminuir a velocidade da propagação do Coronavírus, evitando-se assim o colapso dos sistemas de saúde e as mortes desnecessárias.

Todos os pesquisadores são unânimes em afirmar que até o desenvolvimento de uma vacina, o único "remédio" é a quarentena associada a outras medidas de isolamento social. Vários pesquisadores da área da saúde recomendam que se atinja pelo menos 70% de isolamento para forçar uma redução na taxa de infecção, evitando-se a superlotação de hospitais e reduzindo o número de óbitos.

Essas taxas nunca foram alcançadas no Estado de São Paulo, na Capital ou em Campinas. Talvez por isso o governo Dória tenha reduzido para 55% o índice que considera adequado para evitar um colapso no sistema de saúde. E raras vezes esse valor foi alcançado.

Sem enfrentar com ousadia a descrença da população, os governos paulista e campineiro fizeram tentativas oscilantes para ampliar a taxa de isolamento:

Rodizio retirando 50% dos carros de São Paulo, cuja consequência foi aumentar violentamente o número de pessoas no transporte coletivo da capital, aumentando assim a circulação do vírus;

Em Campinas desde o final de abril, o prefeito anunciou a flexibilização do isolamento a partir de 4 de maio, mas felizmente foi impedido pelo governo paulista;

Aqui também foi proposto um rodízio de automóveis, ainda que já se tenha verificado o fracasso da medida na capital;

Foram antecipados três feriados, porém resultado também foi pífio: continuamos com os mesmos índices anteriores de isolamento, sempre abaixo dos 55%.

Diferente do governo federal, o governo paulista apostou no isolamento social, mesmo que sua implantação tenha ocorrido com atraso em relação ao início da pandemia. E como nunca atingiu a marca desejada, veio o colapso do sistema de internações hospitalares na capital e sua região metropolitana. Vários hospitais públicos estão com 100% dos leitos ocupados, incluindo os de UTI, obrigando a enviar pacientes para outros municípios, inclusive Campinas. No dia 27 de maio foram 49.264 casos na cidade de São Paulo, 1.710 a mais que o dia anterior. Foram, nesse dia, 3.826 óbitos, 135 a mais que o dia 26. O número de casos e de mortes continua crescendo assustadoramente com impacto devastador sobre o sistema de saúde.

Ainda assim, o governador decretou a flexibilização do isolamento a partir do dia 1 de junho.

Em Campinas, a partir de meados de maio a velocidade da pandemia, que vinha se reduzindo, voltou a crescer: o número de casos aumentou por volta de 55% a cada 7 dias, o que projeta um número em torno de 9 mil casos no final de junho, se nada for feito para melhorar a situação. A própria Secretaria de Saúde reconhece que não estamos tendo sucesso em controlar a pandemia. Em 18 de maio, em entrevista ao G1, a diretora do Departamento de Vigilância em Saúde afirmava: "a gente está vendo um aumento, ele começou ficar mais importante há 15 dias [...] Está tendo um aumento real. Não é só por que liberou mais exames". Temos, em 31 de maio, 1570 contaminados e 73 óbitos. Segundo pesquisa da Universidade de Pelotas, com testagens e entrevistas, que incluiu a cidade de Campinas, têm-se pelo menos 7 vezes mais casos que o anunciado. Se assim for, Campinas já pode ter perto de 11 mil casos hoje. Também o número de óbitos está subestimado. Segundo os pesquisadores são aproximadamente 3 vezes mais óbitos que os diagnosticados, o que se confirma pelo número muito maior esse ano dos óbitos por doenças respiratórias sem diagnósticos. Isso nos permite dizer que temos aproximadamente 220 óbitos na cidade. E a pandemia vem se alastrando para as zonas mais vulneráveis da cidade, nas quais a mortalidade é sempre maior que nas zonas de menor vulnerabilidade.

Também a situação hospitalar em Campinas é dramática: a taxa de ocupação dos leitos de UTI vem crescendo



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS



e segundo dados da prefeitura os leitos públicos da cidade (Unicamp, Mário Gatti, Ouro Verde e leitos contratados de instituições privadas) já se encontram com aproximadamente 95% de ocupação. Em 26 de maio, segundo o G1, havia apenas um leito de UTI disponível na Unicamp e o Secretário de Saúde relatava que havia apenas dois leitos entre os públicos municipais.

O governador João Dória, pressionado por empresários que prezam mais o dinheiro que a vida das pessoas, irresponsavelmente, propôs um plano para a reabertura do comércio. São critérios que, se atingidos no todo ou em parte, permitiriam gradualmente acabar com o isolamento, abrindo-se inicialmente escritórios, lojas e os shopping centers, entre outros. Apesar de Campinas não ter uma taxa sustentada de isolamento social de no mínimo 55%, nem apresentar redução do número de casos por 7 dias seguidos, ou mesmo não manter sua taxa de ocupação de leitos em níveis inferiores a 70% e as dificuldades do poder público em viabilizar uma testagem satisfatória da população, especialmente dos mais vulneráveis, sem fazer a detecção precoce da doença combinada ao isolamento dos indivíduos infectados e seus contatos, o prefeito, se curvando às pressões como Dória, propôs abrir o comércio local, ainda que com restrições, ampliando a proposta estadual incluindo os templos religiosos, neste 1º de junho. O prefeito Jonas Donizette teve que curvar-se às circunstâncias, adiando a medida, mas continua pretendendo efetivá-la.

Não há condições objetivas para relaxamento do isolamento social na região metropolitana de São Paulo e nem em Campinas. Pelo contrário, com o fracasso de todas as medidas tomadas para manter o povo em casa, era de se esperar que uma outra medida fosse tomada para o enfrentamento da pandemia: o fecha-tudo ou "lockdown"[1], tanto na região metropolitana de São Paulo, quanto em outras cidades do estado, incluindo Campinas e sua região metropolitana. Quanto mais tempo demora para tomar essa decisão, mais tempo será necessário mantê-la, o que se tornará mais difícil e oneroso.

Vários estudos mostram que se não se ampliar o isolamento social através do "FECHA-TUDO", o número de casos diagnosticados no estado de São Paulo já atinge cerca de 96 mil neste fim de maio, o que significa aproximadamente 670 mil casos reais (para cada caso positivo pode haver até 7 casos não diagnosticados). Até o final de junho teríamos mais 5500 óbitos, elevando o número total para aproximadamente 13 mil mortes (são hoje aproximadamente 7500) e em julho poderíamos atingir mais de 22 mil óbitos. Temos hoje, no estado, aproximadamente 5 mil leitos de UTI, quando seriam necessários pelo menos 7 mil para suportar esse crescente número de casos. Vale notar que dos 5 mil hoje disponíveis, 80% já estão ocupados, ou seja, temos apenas cerca de 1.000 leitos disponíveis.

E se isso vale para todo o estado, algumas regiões já estão em pior situação, com mais de 90% de leitos ocupados. É o caso da capital, baixada santista e Campinas.

Por outro lado, se fizéssemos um "FECHA-TUDO" em junho e julho seriam pelo menos 1500 vidas poupadas, necessitando de "apenas" 700 vagas adicionais de UTI no mês de junho. Uma situação ainda dramática, porém menos terrível que se algo não for feito.

É importante frisar que as mortes se darão principalmente entre os mais vulneráveis, nos bairros mais pobres de cada cidade. É o que está acontecendo em todos os lugares. Até porta-vozes dos milionários brasileiros constataram que a pandemia está reduzida entre os mais ricos, porém continua descontrolada entre os mais pobres. Claro: são eles que estão transitando nos transportes coletivos, trabalhando para entregar alimentos, sem condições de fazer isolamento em casas superlotadas e favelas com becos e vielas, muitas vezes sem água potável, nas quais é impossível um distanciamento superior a um metro. É muito difícil para a maior parte da população brasileira ficar em casa quando não se tem as comodidades da classe média e nem as possibilidades financeiras para se manter num contexto de perda de emprego, de achatamento e de falta da renda, ainda que parte da população tenha tido o acesso à ajuda emergencial do governo de R\$ 600,00 por 3 meses, sabendo das dificuldades de acessá-la como amplamente divulgado.

Entretanto é possível mudar esse estado de coisas: o Brasil, o Estado de São Paulo e os municípios paulistas precisam desenvolver uma política mais ousada de garantia de uma renda mínima superior a essa ajuda atual, não só por 3 meses, mas enquanto perdurar a pandemia, mesmo em fases adiantadas onde já não se tenha mais mortes pelo Coronavírus.

São várias medidas que já poderiam estar sendo tomadas, aqui citamos algumas:



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS



- + ampliação dos benefícios sociais atuais;
- + distribuição de cestas básicas para os que ainda não foram incluídos na "renda mínima emergencial";
- + distribuição de kit de higiene em pontos de alta vulnerabilidade social;
- + aumento no número de testes de diagnóstico da COVID-19, especialmente para estas populações, para identificação e rastreio de portadores pré-sintomáticos e assintomáticos, que estão, de forma silenciosa, diretamente relacionados com a rápida disseminação da doença e crescimento do número de óbitos;
- + adaptação de hotéis e espaços públicos para receber populações muito pobres ou sem renda, cujas residências impedem o isolamento;
- + incentivos fiscais e linhas de crédito específicos para pequenos produtores e empresários;
- + isenção total do pagamento das tarifas de luz, água e esgoto;
- + isenção de pagamentos de aluguel, transporte coletivo, dentre outras.

Claro que todas essas medidas têm um custo. Um governo que estivesse de fato preocupado com a sua população deveria colocar a vida do seu povo em primeiro lugar.

Secretaria Executiva Conselho Municipal de Saúde de Campinas Mandato 2020-23 31/05/2020

[1] A medida implica o fechamento total de atividades não essenciais e o controle da circulação de carros e pessoas por meio de pontos de bloqueios. Quem sair de casa precisa justificar o motivo. Idas ao supermercado e farmácias são permitidas. Já viagens intermunicipais ficaram proibidas. Há multas para quem descumprir as regras.